

**O Sr. Bernardo Cabral** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** – Ouço com prazer V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Bernardo Cabral** – É evidente que V. Ex<sup>a</sup> sabe que me associo a essa preocupação e que lhe dou o meu inteiro apoio. Eu dizia exatamente isto: custa um SIVAM por ano, ou seja, mais de R\$1,4 bilhão o desperdício que há com a água. E chamei a atenção no sentido de que é preciso encontrar uma política que possibilite corrigir essa situação, que, além de alarmante e escabrosa, é altamente danosa para os recursos públicos. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, eminente Senador Teotônio Vilela, que o assunto não se esgotará nem no meu, nem neste oportuno pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, nem num livro que acabo de trazer a lume, porque a matéria, além de vasta e de enorme responsabilidade, comporta várias outras manifestações. V. Ex<sup>a</sup>, sendo do Nordeste e altamente preocupado, abordou com absoluta precisão a matéria. Parece-me que, nas áreas mais habitadas, ocorre exatamente o inverso do que ocorre nas menos habitadas, quando no Nordeste a carência de água já é uma calamidade pública. De modo que eu conclamaria V. Ex<sup>a</sup> para que ambos pudéssemos motivar outros companheiros Senadores no sentido de que se fizesse uma reunião, sobretudo no gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, para traçarmos uma estratégia, a fim de que haja uma contribuição da nossa parte que vá ao encontro daquilo que o Governo precisa receber para que esse problema, se não for solucionado definitivamente, pelo menos o seja em parte, para a alegria do povo brasileiro. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, ao mesmo tempo em que aceito a sugestão. Marcaremos brevemente esse encontro da maior importância, Senador Bernardo Cabral.

Mais adiante, no meu pronunciamento, alguns dados impressionantes tornarão ainda mais clara essa necessidade de a sociedade brasileira e o Governo darem uma atenção maior a essa questão da água.

Como dizia, Sr. Presidente, usos conflitantes, uma forte cultura de desperdício entre nós enraizada, a ausência de mecanismos legais e administrativos que atribuem à água o seu real valor econômico são alguns dos problemas que necessitam de soluções urgentes. Inúmeros fatos nos indicam quanto os recursos hídricos permanecem ausentes das prioridades nacionais, inclusive pelo muito que podem valorizar o País.

Pouco aqui se destacou o assunto, Sr. Presidente, mas há menos de seis meses foi notícia de grande destaque na imprensa internacional o fato de o Japão ter comprado da Coréia pelo triplo do preço do petróleo – vejam bem, Srs. Senadores, – três enormes navios cargueiros de água para abastecimento humano. A água já vale muito dinheiro, Sr. Presidente. Ao mesmo tempo em que a água é o maior agente causador de doenças e mortes do mundo e já é apontada pela ONU como um dos principais motivos de disputas e conflitos entre nações e as populações de um mesmo país em um futuro que infelizmente, dizem estas previsões, está bem próximo.

O artigo "O Futuro das Águas", publicado por Augusto Marzagão no jornal *O Globo*, de 4 de setembro de 1995, alerta para esse problema crucial que ameaça a sobrevivência da humanidade e, em particular, a de milhões de brasileiros:

"Nossas autoridades têm o dever de adotar medidas enérgicas em relação ao nível de degradação das nascentes e dos leitos dos rios, córregos e lagos. Há que proteger esses mananciais, mantê-los preservados da poluição, educar as populações ribeirinhas no sentido de estarem preparadas para a defesa sem trégua das matas ciliares, criar incentivos específicos que estimulem os proprietários de terras a resguardar as nascentes, margens e leitos dos rios sob o seu domínio."

Temos hoje no País uma oportunidade única e devemos tratá-la com a maior seriedade. Sr. Presidente, pela primeira vez na sua História o País possui uma Secretaria Nacional de Recursos Hídricos vinculada ao Ministério de Meio Ambiente, secretaria destinada a organizar, integrar ações, racionalizar e otimizar o uso da água, promover a justa distribuição desse que é um dos maiores e mais maltratados patrimônios da natureza do Brasil.

Segundo o Primeiro Secretário Nacional de Recursos Hídricos do Brasil, Paulo Afonso Romano, o País está maduro, consciente com relação aos compromissos assumidos durante a grande Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente – ECO 92, realizada no Rio de Janeiro. Temos consciência de que a gestão de nossos recursos hídricos é, sem dúvida, um dos grandes desafios da administração pública brasileira, e cabe ao Congresso fazer a sua parte nessa tarefa. É imperativo colocar toda a força desta Casa, dar o amparo e

o apoio do Poder Legislativo a essa nova e moderna postura administrativa.

A criação da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos é de importância vital para o Brasil. E mais do que implantar uma gestão democrática e moderna para os nossos recursos hídricos, irá promover uma verdadeira revolução no problemático e confuso quadro do uso da água em nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entendemos que o elogiável e construtivo trabalho que vem sendo articulado pelo Ministro Gustavo Krause no sentido de valorizar nossos recursos hídricos deve merecer o apoio incondicional e todo o empenho de quantos detenham o poder decisório.

S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro Gustavo Krause que, com esforço incomum, tem conduzido com brilhantismo a Pasta do Meio Ambiente, transformando-a em ferramenta do nosso desenvolvimento e da melhor qualidade de vida do nosso povo, precisa dispor de normas modernas e avançadas para solucionar o difícil problema do gerenciamento dos recursos hídricos em nosso País. Estamos convictos de que as dificuldades para o gerenciamento dessa problemática poderiam ser reduzidas, se fosse dado o tratamento adequado na alocação de recursos orçamentários específicos para o setor. Ao contrário, o orçamento para 1996 prevê a redução das dotações do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal na parte de recursos hídricos na ordem de 33,5%, segundo consta do Relatório da Subcomissão IV.

Para concluir as preocupações que expresse aqui neste breve pronunciamento, gostaria de lembrar os versos do grande poeta Carlos Drummond de Andrade, que são um alerta, que nos conclamam a agir imediatamente para preservar os bens da natureza e o nosso futuro:

"Não, não haverá para os  
ecossistemas aniquilados  
Dia seguinte.  
A vida harmoniosa não se restaura  
No dia seguinte.  
O vazio da noite, o vazio de tudo  
Será o dia seguinte."

Sr. Presidente, e para aqueles que ainda imaginam que as questões ambientais são preocupações de poetas, gostaria de alertar, como economista de formação profissional, que o que chamamos de problema ecológico hoje é o que chamaremos de problema social e econômico amanhã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Bello Parga deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 37, DE 1996**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 1995-Complementar, de minha autoria, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos da administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previsto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se encontra esgotado.

Sala das Sessões, 30 de janeiro de 1996. –

**Odacir Soares.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) - Este requerimento será publicado e incluído em Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 255, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a partir de 15 de fevereiro próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) - Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa)

S. Ex<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo ao nobre Senador Eduardo Suplicy. S. Ex<sup>a</sup> disporá de 20 minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, enquanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso, lá na Índia, falava da importância de o Brasil e Índia superarem os problemas das extraordinárias disparidades de renda e de riqueza; enquanto ali Sua Excelência falava da importância de o Brasil e a Índia, como países do Terceiro Mundo, estarem preocupados com a questão de se propiciar crescimento com emprego para todos; enquanto, lá na Índia e já na sua volta ao Brasil, o Presidente falava que gostaria de dialogar com a coordenação do Movimento dos Sem-Terra, no Brasil o Juiz Fernando Florido Marcondes, a partir de iniciativa do Delegado da região do Pontal do Paranapanema e do Promotor

Paulo Sérgio de Souza, decretou a prisão preventiva de inúmeros líderes do Movimento dos Sem-Terra.

Foram detidos, na última quinta-feira, Claudemir Cano, Felinto Procópio, Laércio Barbosa e também, pela segunda vez, Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha, um dos principais líderes e coordenadores, que, neste último final de semana, foi eleito um dos diretores do Movimento dos Sem-Terra do Brasil.

Tive a oportunidade de visitar esses detidos na Delegacia de Presidente Prudente - Claudemir Cano, Felinto Procópio e Laércio Barbosa -, que se encontravam em celas com quinze, dezessete e dezoito detentos respectivamente. Há mais de noventa presos naquela delegacia, ou seja, uma superlotação.

Diolinda Alves de Souza está numa cela juntamente com outras seis mulheres. Da Cadeia Feminina de Álvares Machado, na sexta-feira, vinte e seis de janeiro de 1996, ela escreveu uma carta aberta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente em exercício Marco Maciel, ao Governador Mário Covas e ao Juiz Fernando Florido Marcondes, nestes termos:

"Gostaria de expressar, com poucas palavras, os graves problemas que têm acontecido nos últimos dias e o que foi acertado na reunião, no dia 04.11.95 - no caso, refere-se à reunião com o Governador Mário Covas, com o Secretário Belizário dos Santos Júnior, e com o representante do INCRA na região.

Solicitamos uma saída rápida, principalmente quando o Movimento Sem-Terra reivindica o assentamento das 2.200 famílias acampadas no Pontal.

Diferente do que afirmou o Governador Mário Covas, entendemos que o Governo não fez a sua parte, conforme prometido.

Mesmo dentro da cadeia, gostaria que os Srs. façam justiça com os sem-terra e pobres deste País.

Diolinda Alves de Souza."

Neste final de semana, tive a oportunidade de conversar com o Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Sigeyuki Ishii, que me pediu que encaminhasse uma carta ao Governador Mário Covas, solicitação também feita pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, pela Direção Nacional, através de Gilmar Mauro e pela Direção Estadual, através de Edivar Lavratti.

Este o ofício do Sr. Presidente Sigeyuki Ishii encaminhado a minha pessoa:

"Conhecedores que somos do incansável trabalho de V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal, e também da disposição demonstrada em encontrar saídas para solucionar os graves problemas de invasões de terras no Pontal do Paranapanema, vimos pelo presente solicitar a valiosa e imprescindível colaboração no sentido de:

a) marcar uma audiência com o Governador Mário Covas, onde a nossa entidade apresentaria oficialmente uma proposta dos proprietários rurais para a solução do problema fundiário do Pontal do Paranapanema;

b) em anexo, estamos enviando um exemplar do documento denominado Carta de Presidente Prudente, em 27 de novembro próximo passado, em que várias entidades apóiam as nossas propostas;

c) juntamos, também, cópias do ofício enviado ao Presidente da República sobre o mesmo assunto.

Contando com a atenção, antecipamos agradecimentos e subscrevemos, aproveitando a oportunidade para apresentar a V. Ex<sup>a</sup> nossos protestos de alta consideração e distinto apreço.

Sigeyuki Ishii  
Presidente

Ao Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, Gilmar Mauro e Edivar Lavratti, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, escreveram:

A Direção Estadual do MST - Movimento dos Sem-Terra - vem por meio deste solicitar audiência para a próxima semana para discutir assuntos pertinentes ao Pontal do Paranapanema.

Convidamos diversas personalidades para fazerem uma visita à região e constatarem a real situação das famílias.

Sendo assim, solicitamos que essa comissão também esteja presente à audiência.

No dia de ontem, diante desses fatos, o Governador Mário Covas recebeu-me e explicou que gostaria que o Secretário de Justiça, Belizário dos Santos Júnior, pudesse receber ambas as partes antes dessa audiência com S. Ex<sup>a</sup>, a fim de se chegar a um entendimento.

Explicou-me o Governador e, em seguida, o Secretário Belizário dos Santos Júnior, que o que havia sido acordado na reunião de 04 de novembro, citada por Diolinda, era que o Governo assentaria 1.050 famílias até 31 de dezembro e mais 1.050, no Pontal do Paranapanema, até o primeiro semestre deste ano.

Mas apenas no dia 28 de dezembro houve a definição da Justiça sobre a possibilidade de aquelas famílias estarem efetivamente colocadas nas diversas áreas.

O Governo do Estado de São Paulo definiu 30% de áreas de diversas propriedades onde colocou as famílias e explicou que de 28 a 31 de dezembro não haveria tempo suficiente para realizar a infra-estrutura necessária para o assentamento definitivo. Portanto, o assentamento seria provisório.

Ora, os líderes do Movimento dos Sem-Terra avaliavam que haveria o assentamento definitivo. Houve, portanto, uma divergência de entendimento sobre os termos utilizados. E foi diante daquela demora que os líderes do Movimento dos Sem-Terra e daquele movimento no Pontal do Paranapanema resolveram por bem realizar uma nova ocupação simbólica, que acabou resultando na prisão dos líderes por parte do Juiz Fernando Florido Marcondes.

Sr. Presidente, seria importante que, diante da disposição do Sindicato Rural e dos proprietários de terra - inclusive estes afirmam que, se houver vontade política do Governo estadual e apoio do INCRA, poderá haver um entendimento que satisfaça a todas as partes -, se desse, de pronto, a libertação dos líderes do Movimento dos Sem-Terra.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é estranho estar o Presidente da República a dizer que gostaria de receber os líderes do Movimento dos Sem-Terra quando boa parte deles se encontra detida. Inclusive o Sr. José Rainha, membro da Direção Nacional citado por Sua Excelência como a pessoa com quem gostaria de conversar olhos nos olhos, está com sua prisão preventiva decretada.

Diante desses fatos e da disposição do Governador e do Secretário de Justiça de receberem os líderes do Movimento dos Sem-Terra, deveria haver a revogação de suas prisões.

Ontem à noite, conversei com o Juiz Fernando Florido Marcondes, a quem fiz um apelo nesse sentido. Ele me informou que iria receber, conforme lhe avisara, o pedido de revogação do Advogado Luiz Eduardo Greenhalg, do Movimento dos Sem-Terra. Esta solicitação foi entregue hoje pela manhã.

Conversei também com o Promotor Paulo Sérgio de Souza, que terá, a partir de hoje, o prazo de três dias para dar o parecer. Seria importante que o

Promotor procurasse abreviar esse prazo. Já há a sinalização de boa vontade de todas as partes para se resolver esse problema.

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, a questão dos assentamentos. A realização mais rápida da reforma agrária neste País não se realizará adequadamente com a prisão dos líderes do Movimento dos Sem-Terra.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** - Com muita honra, Senadora Marina Silva.

**A Sr<sup>a</sup> Marina Silva** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e sou inteiramente solidária ao seu pronunciamento e à forma como tem tratado esses episódios que vêm ocorrendo no Pontal de Paranapanema, inclusive com reincidência da prisão de Diolinda. A carta que ela escreveu é muito emocionante, porque, quando a visitei no Carandiru, uma das coisas que disse é que estava presa, mas que o seu desejo de que houvesse a reforma agrária, de que as pessoas fossem assentadas corretamente, não iria ser diminuído, em nenhum momento, pelas pressões e pela forma como estava sendo tratada pela Justiça paulista. Quero dizer também que a solidariedade para com o Movimento dos Sem-Terra é algo que ocorre nos mais diferentes segmentos da sociedade, envolvendo desde políticos, como é o caso de V. Ex<sup>a</sup>, juristas, pessoas comuns e até mesmo o mundo artístico. Coincidentemente, no último sábado, ocorreu no Acre, no Município de Rio Branco, um show do cantor e compositor Djavan, onde compareceram milhares de pessoas, em solidariedade ao Movimento dos Sem-Terra, cuja renda é para ajudar o processo de reforma agrária, principalmente o desencadeado por essas lideranças que são perseguidas e muitas vezes incompreendidas pela sociedade pelo fato de ocuparem terras que estão sendo mal utilizadas, servindo para especulação. São acusados de estarem formando bandos, quadrilhas, como foi o caso da prisão da Diolinda. Sou inteiramente solidária ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e entendo que uma das formas de se fazer justiça social é também fazendo a reforma agrária no Brasil que, infelizmente, está paralisada desde a saída do Dr. Graziano, que, no meu ponto de vista, estava indo muito bem no INCRA, e agora nos restou um vácuo que ainda não foi preenchido. Esses episódios acontecem, pois a imagem do Movimento é que fica prejudicada face à sociedade porque, na maioria das vezes, a população não tem acesso ao outro lado da informação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** - Agradeço, Senadora Marina Silva, por seu aparte.

É importante dizer, V. Ex<sup>a</sup> lembra-se de que o próprio INCRA - interessado institucionalmente, pelo menos, na realização da reforma agrária - vem apresentar uma ação com respeito à questão do Pontal do Paranapanema em continuidade ao que se havia iniciado por Francisco Graziano. Lembro-me de que, por ocasião da audiência que o Presidente José Dirceu manteve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso - foi a última vez que dialogamos com Francisco Graziano, que estava presente -, ele de lá saiu para o Pontal do Paranapanema, ocasião em que justamente acabou realizando essa reunião de entendimento entre as partes que agora estão envolvidas nesse conflito.

Seria muito importante que o Presidente em exercício, Raul do Valle, pudesse ter uma postura no sentido de catalisação de entendimento sobre como resolver melhor o assentamento e o mais rapidamente possível no Pontal do Paranapanema.

**O Sr. Carlos Bezerra** - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** - Com muita honra, Senador Carlos Bezerra.

**O Sr. Carlos Bezerra** - Apenas, Senador, para solidarizar-me com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Essa questão da reforma agrária é muito antiga. Lembro-me de que, quando garoto, no governo trabalhista de João Goulart, dentre as reformas de base, um grande programa de reformas que foi lançado naquela época, uma das principais era a reforma agrária. Naquela época tínhamos as ligas camponesas de Julião, que liderava esse processo, principalmente no Nordeste. Essa reforma agrária já vitimou muitos trabalhadores, líderes que, na maioria das vezes, são tratados como bestas-feras. Já soube de muitos trabalhadores e de padres da Igreja Católica que foram assassinados devido à reforma agrária e já soube de padres que foram expulsos do Brasil. Lembro-me do Padre Jantelle; do Padre Santa Terezinha, em Mato Grosso; do Padre Vito Miracapillo; do Padre Caxangá, em Pernambuco; do Padre Penido Burnier, em Mato Grosso, que foi assassinado; do Bispo D. Pedro Casaldaliga, de São Félix, que esteve em vias de ser expulso do Brasil e que assumiu naquela região a luta dos posseiros em prol da reforma agrária. Esse processo é muito moroso, mas temos que reconhecer que, no final do ano passado e neste ano, houve algum avanço na questão da reforma agrária. Inclusive, para fazer justiça, o atual Presidente do INCRA foi para mim uma grata surpresa. Acompanho cotidianamente essa questão da reforma agrária. Todos os dias em meu gabinete estão presentes

líderes sindicais e Presidentes de Federações preocupados com a questão da reforma agrária e com a questão da terra. O Dr. Raul do Valle, que se tem mostrado um homem de alta sensibilidade e está comprometido com a questão da reforma agrária, não é um homem de gabinete, mas tem andado por este Brasil afora, estabelecendo o diálogo com os trabalhadores e procurando agilizar a questão da reforma agrária. É preciso que o Governo Federal estabeleça a reforma agrária como prioridade absoluta. A questão tecnocrática do planejamento e da fazenda termina atingindo a reforma agrária. Isso está ocorrendo agora; quase todos os convênios foram cancelados. Até hoje, o Superintendente do INCRA não sabe se o dinheirinho que saiu no final do ano vai ser aplicado ou não. Por um decreto que saiu em dezembro, não será aplicado. Fala-se que vai existir um outro decreto, que não saiu até agora. O Governo precisa priorizar de forma definitiva a questão da reforma agrária. E quero fazer justiça ao presidente, Dr. Raul do Valle, porque, para mim, repito, está sendo uma grata surpresa. Aliás, na primeira oportunidade em que encontrar o Presidente da República, vou pedir que mantenha esse rapaz lá, porque pelo menos está vestindo a camisa da reforma agrária e mostrando que é um homem inteligente, em favor da causa. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por vir à tribuna defender o interesse da maioria do povo brasileiro. Isto no Senado acontece muito pouco. A bandeira da reforma agrária, no Senado, é pouco debatida. Ela mereceria uma atenção maior por parte desta Casa. Portanto, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e dizer que sou inteiramente solidário a ele e à reforma agrária. Muito obrigado, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** - Obrigado, Senador Carlos Bezerra, pela lúcida palavra de V. Ex<sup>a</sup>. É importante que dê o testemunho sobre o presidente em exercício do INCRA, Raul do Valle. Quando ocorreu o episódio da prisão dos líderes dos Sem-Terra, no Pontal do Paranapanema, soubemos que ele estava no Rio Grande do Sul, portanto, condizentemente com a observação de V. Ex<sup>a</sup> de que procura acompanhar nos próprios locais onde esteja havendo problema, dialogando com a população, com os trabalhadores que procuram assegurar o seu direito de lavrar a terra.

No Rio Grande do Sul, também está havendo um problema sério, sobretudo dos pequenos produtores rurais, que estão realizando manifestações pelas diversas estradas, em direção a Porto Alegre.

Hoje, um grupo de parlamentares, constituído por representantes desses pequenos agricultores,

esteve com o Ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira. Às 18 horas e 30 minutos haverá nova audiência.

Houve também uma audiência com o Vice-Presidente Marco Maciel na quinta-feira da semana passada e, hoje, dando continuidade às conversações, haverá outra reunião, da qual procurarei participar. Até procurarei o presidente Raul do Valle, para que ele também interceda no sentido de que logo possam ser liberados os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Na próxima sexta-feira, farei parte da comissão de representantes de diversas entidades que irão ao Pontal do Paranapanema examinar a situação em que estão os acampados, os assentados e, inclusive, dialogarei com os proprietários rurais, os quais pediram-me que com eles dialogasse, para ouvir os vários pontos de vista.

**O Sr. Carlos Bezerra** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> mais um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Lamento em informar ao orador que seu tempo já está esgotado em cinco minutos.

Pediria ao Senador Carlos Bezerra que fosse breve no aparte, permitindo ao orador a conclusão do seu pronunciamento.

**O Sr. Carlos Bezerra** - Só para informar, Senador Eduardo Suplicy - esqueci-me de dizer no primeiro aparte -, que essa questão da reforma agrária tem que ser replanejada no Brasil, caso contrário será inviável realizá-la. Nenhum Governo conseguirá viabilizar a reforma agrária se ela não for replanejada. Por exemplo, o Centro-Oeste, fronteira agrícola do Brasil, hoje tem terras em abundância, à vontade, e o Governo pode realizar programas de desenvolvimento, colocando os Sem-Terra do Rio Grande do Sul aqui, mas em programas que tenham recursos, inclusive internacionais, à vontade, que são os programas bilaterais. Esse pessoal pode ser levado para lotes de terras condizentes com a produção no cerrado; pode-se, inclusive, ali colocar a indústria para agregar valor à sua produção. Temos o Projeto Centro-Oeste - PRODEC, que está sendo discutido em nível de Governo Federal. Inclusive, tenho defendido que a reforma agrária passe por esse projeto, porque o Governo não terá dinheiro para desapropriar as terras caras do Rio Grande do Sul e nem as de São Paulo. A reforma agrária terá de ser conduzida sobretudo para o Nordeste, para o Centro-Oeste e para o Norte do Brasil para que seja possível realizar-se um programa dessa natureza. Se isso não acontecer, não haverá recursos e continuare-

mos tendo problemas infundáveis, como os que estão acontecendo no Rio Grande do Sul e em São Paulo, porque os recursos são insuficientes para resolvê-los. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** - Obrigado, Senador Carlos Bezerra.

Sr. Presidente, gostaria, ao concluir, de prestar uma informação: encaminhei hoje ao Presidente do Tribunal de Contas da União, Marcos Vilaça, e ao Relator, Adhemar Ghisi, o relatório "Sivam e a Inteligência Nacional" da SBPC.

O Ministro Adhemar Ghisi, ainda que adoentado e em casa, disse que iria determinar à Terceira Secretaria de Controle Externo que, de pronto, começasse a examinar o documento como parte das considerações do seu parecer relativamente ao processo de escolha da Raytheon para participar do projeto Sivam.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ronaldo Cunha Lima) - Concedo a palavra ao eminente Senador Romeu Tuma por 20 minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PSL-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não poderia deixar passar em branco a operação que a inteligência da Polícia Federal elaborou/e que culminou com a prisão do ex-major da PM José Ferreira dos Anjos, condenado pelo assassinato do Procurador Pedro Jorge de Melo que denunciou o escândalo da mandioca. O ex-major estava, há doze anos, foragido de um quartel da PM no Estado de Pernambuco.

O escândalo da mandioca envolvia pessoas que ludibriavam o Governo com pedidos de empréstimos para o plantio de produtos agrícolas e que, no entanto, desviavam os valores para plantios de drogas proibidas.

Lembro-me que, ainda na Polícia Federal e operando na região de Pernambuco na localização e combate ao plantio de maconha, encontramos uma fazenda onde esse produto estava sendo colhido para ser vendido nas áreas consumidoras. Essa fazenda, infelizmente, Senadora Marina, havia sido colocada à disposição do Banco do Brasil, e foi ela o motivo da denúncia feita pelo Procurador, o qual acabou sendo assassinado pelo ex-major da PM.

Os Senadores Carlos Bezerra, Eduardo Suplicy e V. Ex<sup>a</sup> falaram muito em reforma agrária. Sabe-

mos que um projeto desta Casa fez com que as terras em que havia plantio de drogas proibidas fossem desapropriadas e imediatamente colocadas à disposição para a reforma agrária. Entretanto, até hoje isso não foi conseguido em nenhum dos casos. São algumas centenas de hectares que deveriam ser colocadas à disposição, por serem terras férteis.

Fazendo eco aos apelos da Senadora Marina Silva nesta Casa, sugiro à Polícia Federal - e aproveito para cumprimentar o Delegado Vicente Chelotti, seu digno Diretor - que estabeleça um plano de operacionalidade igual a esse, para a recaptura dos assassinos de Chico Mendes: Darli e Darcy.

Faço isso, porque acompanhei de perto as investigações, a localização e o processo que os levou à condenação. Acompanhei o Dr. Márcio Tomaz Bastos, advogado de acusação à época; o líder Lula no dia do julgamento; a angústia e o desejo dessa condenação. Hoje observo a mesma angústia e frustração com a fuga elaborada pelos dois - já há sinais de identificação dos locais onde passaram por meio de programa da TV Globo -, e as medidas indicadas para recaptura desses foragidos. O Delegado Wilson Damázio afirmou que não iniciou a operação anteriormente por falta de dinheiro.

Temos que lutar para que a Polícia Federal apresente o seu projeto e os valores de que necessitam para iniciar, de imediato, com o setor de inteligência e a ajuda da **Interpol**, a busca desses assassinos e recapturá-los.

**A Srª. Marina Silva** - Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** - Ouço V. Exª com prazer.

**A Srª. Marina Silva** - Parabênico V. Exª pelo seu pronunciamento. Fico feliz pela sua solidariedade no que se refere a essa questão da recaptura dos assassinos de Chico Mendes. Desde que assumi o mandato de Senadora, no ano passado, tenho expressado para o Ministro da Justiça e para o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em audiências, que é fundamental um esforço da Justiça brasileira para que se proceda a recaptura desses assassinos: Darli e o Darcy. Muito bem enfocou V. Exª, e o tem feito em várias conversas que temos tido sobre este assunto, que o Governo brasileiro deveria fazer uma articulação com a **Interpol**. Poderíamos junto ao Governo da Bolívia, por meio das autoridades policiais, realizar uma ação conjunta para prendermos os assassinos de Chico Mendes. Fico até envergonhada sempre que delegações estrangeiras, ou mesmo nas via-

gens em que fiz a Nova Iorque e a Chicago, quando as pessoas indagam a respeito dos assassinos de Chico Mendes e damos a resposta pálida de que, até hoje, se encontram foragidos. Com certeza, sabemos onde estão: devem estar na Bolívia ou no Peru. E se a Justiça brasileira utilizasse a mesma energia para prender trabalhadores, como foi o caso da Diolinda, na captura dos assassinos de Chico Mendes, com certeza teríamos uma nova visão, uma nova concepção do que é a nossa Justiça, que infelizmente deixa muito a desejar quando trata como bandidos os que estão se organizando para arranjar trabalho e deixa soltos, gozando de liberdade, aqueles que se organizam para assassinar os que estavam trabalhando e até mesmo defendendo interesses da maioria dos brasileiros, como ocorreu com Chico Mendes. Muito obrigada.

**O SR. ROMEU TUMA** - Agradeço o aparte de V. Exª. E estendo o nosso apelo, se a nobre Senadora assim o permitir, ao Dr. Geraldo Brindeiro, que, ao explicar a operação que culminou com a prisão do major, disse que estimulou a Polícia Federal a utilizar uma tática mais profunda na sua localização e prisão. Acredito que haverá essa mesma disposição para a localização e captura do Darcy e do Darli.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para agradecer à Mesa desta Casa e ao Plenário por ter sido designado, junto com o nobre Senador Pedro Piva, representante do Senado à cerimônia oficial que comemorou, com a presença do Sr. Governador de Estado Mário Covas e do Sr. Prefeito Paulo Maluf, os 442 anos da fundação da Cidade de São Paulo, onde meus pais trabalharam e viveram, onde nasci e aprendi como paulistano, não só a guiar-me pelo lema da minha terra de Piratininga: "Não sou conduzido, conduzo"; mas, também como paulista, a conduzir-me pelo lema do meu Estado: "Pelo Brasil, tudo faremos."

Assim como eu, Sr. Presidente, todos aqueles brasileiros ou imigrantes que foram para São Paulo - como lembrou, na cerimônia comovente, o Presidente da Ordem dos Cavalheiros de São Paulo, jornalista e ex-Deputado Israel Dias Novaes, o fizeram para construir uma cidade que seria como um presente dos homens aos olhos de Deus.

Era o que tinha a informar à Presidência desta Casa em razão das comemorações de mais um aniversário da Cidade de São Paulo no dia 25 último deste mês.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Ronaldo Cunha Lima deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.*

**O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima.

**O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, a pressa com que nos dedicamos, na Sessão Legislativa próxima passada, ao exame das chamadas reformas constitucionais, criou na sociedade a expectativa de que as normas regulamentares dos dispositivos alterados na Carta Magna seriam encaminhados para apreciação o mais rapidamente possível.

Sem prejuízo das demais normas regulamentares, temos uma predileção especial pelo projeto de lei complementar que disporá sobre a exploração da atividade petrolífera e que consta da nova redação do art. 177, dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 1965.

Quando da discussão da proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995, obtivemos compromissos das autoridades do Governo, e principalmente do Presidente da República, no sentido de manter a integridade da Petrobrás e suas condições atuais como empresa estatal, bem assim preferência na contratação de novas explorações quando ela apresentasse propostas com igualdades de condição. E mais ainda: o Presidente da República convenceu-se da necessidade de regular essa matéria constitucional pela via da lei complementar.

O compromisso, expresso em correspondência ao Presidente do Congresso Nacional, foi uma vitória do diálogo, do Congresso e da democracia.

De posse do compromisso formal do Governo, concordamos com a aprovação da proposta, na forma aceita pela Câmara dos Deputados, apenas com algumas correções técnicas.

Dedicamo-nos percuientemente ao exame da proposta coligindo elementos novos que esclarecessem a matéria. Com essa intenção, ouvimos os mais diversificados segmentos de interessados para conseguir um juízo de valor. Chegamos a afirmar que US\$80 milhões de investimentos, uma história de quase meio século de lutas e o controle da tecnologia em águas profundas, sem similar no

mundo, não poderiam ser postergados em razão de poucos dias.

Passamos por questões de ordem jurídica que discutiram a possibilidade de regular por lei complementar disposição constitucional que não reclame expressamente essa via normativa. Obtivemos êxito na Comissão e no Plenário e pudemos constatar que a Câmara dos Deputados já havia aprovado a regulação do art. 62 da Constituição, por intermédio de lei complementar, mesmo que esse dispositivo constitucional sequer reclame lei para sua aplicação.

Passados esses instantes de exigência formal, aguardamos com certa expectativa a remessa do Projeto de Lei Complementar, que regulará as disposições do novo art. 177 da Constituição Federal.

A pauta dessa convocação extraordinária para pouco mais de um mês de trabalho, é, sem reforço de expressão, acentuadamente exagerada. Não nos restará muito a examinar além do Orçamento, Projeto Sivam e Fundo de Estabilização Fiscal. No entanto, na longa lista de matérias encaminhadas pelo Governo, nada consta que trate de regulação de dispositivos constitucionais recentemente alterados.

Preocupam-nos as notícias que dão conta de uma reforma nas atividades de trabalho da Petrobrás, admitindo-se até que o setor de transportes seja privatizado. Trata-se de alteração de comportamento político não condizente com os compromissos assumidos. O Jornal **O Globo**, de 20 de dezembro próximo passado, anuncia à pág. 36 que "A Petrobrás vai privatizar o transporte de combustível", onde também consta afirmação do Presidente da empresa na qual garante que a "operação faz parte de uma estratégia para preparar a empresa para a competição com empresas privadas que vão entrar no mercado brasileiro de petróleo".

Ainda no momento da apreciação, nesta Casa, do PEC nº 39, de 1995, avisamos dos riscos de privatização da Petrobrás, inclusive trazendo notícia publicada no **Estado de S. Paulo**, de responsabilidade da Diretora de Privatização do BNDES, Sr<sup>a</sup> Helena Landau, que disse: "cuidado para não vender mal a Petrobrás".

A **Folha de S. Paulo**, do último dia 5, traz afirmação muito temerária do Presidente do BNDES, no sentido de possibilitar a venda da Petrobrás. Diz o Sr. Luis Carlos Mendonça de Barros: "O Brasil não tem necessidade de o setor petróleo estar nas mãos do Estado".

A declaração soa muito forte. Se a nossa preocupação é a preservação de recursos estratégicos com a atuação conjunta do Estado para assegurar a exploração racional das reservas e manter o País com sua produção equilibrada, não podemos aceitar que os técnicos do Governo pressionem em direção contrária às afirmações do Presidente da República.

Gize-se que, na mesma entrevista em que desdenha do setor petróleo como estratégico, o Presidente do BNDES "aceita pagar antecipadamente R\$3,6 bilhões pela Fepasa para ajudar a sanear o Banespa."

Estamos diante de contradições absurdas.

O registro da imprensa é preciso. O **Estado de S. Paulo** dos dias 21 e 22 de dezembro do ano passado noticia o uso de instalações da Petrobrás por empresas privadas e trata das regras que dirimirão o mercado. Assim mesmo, até o momento o Congresso Nacional não conhece a minuta da norma reguladora.

A Petrobrás, por seu turno, mesmo na iminência de que metade do mercado brasileiro venha a ser explorado por empresas privadas, mantém-se na frente. No princípio do mês em curso, comemorou-se outro recorde de produção, que chegou a mais de 800 mil barris/dia.

Outro ponto é a reserva de cerca de U\$3 bilhões para tocar investimentos como o Gasoduto Brasil/Bolívia e a tão reclamada e prometida Refinaria do Nordeste.

A nossa preocupação no instante do exame da proposta de emenda à Constituição não era outra senão a reserva estratégica nacional de energia; energia que durante muito tempo continuará como componente essencial na condução de processos de desenvolvimento no mundo todo. Não há, de nossa parte, simples proteção de uma empresa brasileira.

As normas constitucionais disciplinadoras da atividade do Estado como agente econômico de certo prejudicam o desempenho da Petrobrás. Com efeito, a empresa submete-se às regras de processos licitatórios morosos que, não raro, dificultam a aquisição de bens e serviços por preços superiores aos praticados no mercado.

Essas normas atendem aos princípios constitucionais da moralidade e da publicidade na administração pública, em qualquer vertente, mas não são obrigatórias para as empresas privadas concorrentes, que sempre encontram formas mais expeditas e econômicas para o desempenho de suas atividades.

É necessário que o Governo, por sua vez, cuide com urgência da elaboração e da remessa ao Congresso Nacional do projeto de lei que regulará a exploração da atividade petrolífera no Brasil, com a adoção da Emenda Constitucional nº 9, de 1995.

A nossa expectativa também é um compromisso que assumimos com a Nação, garantindo a existência integral da Petrobrás como agente do Governo no setor, sua preferência nos processos licitatórios e a manutenção das bacias já plotadas.

A Nação e o Congresso Nacional, que acompanham a apreciação da PEC 39, esperam o projeto de lei complementar, até mesmo porque muitos dispositivos da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, estão em parte revogados, no modelo adotado pela jurisprudência brasileira de absorção de normas inferiores com a adoção de um novo sistema constitucional. E mesmo as partes ainda vigentes apenas se prestam a garantir a existência da Petrobrás. No mais, a matéria reclama legislação específica, até pela sua singularidade. A União continua detentora da atividade monopolística, podendo agora também contratar empresas para desempenhar a atividade antes proibida, mas pendente de regulamentação inferior.

O que nos resta hoje é a confirmação de que a pressa do Governo não lhe fez preocupar-se com a regulamentação imediata da matéria, razão por que, até o momento, não chegou ao Congresso Nacional o projeto de lei que deve dispor sobre a exploração do petróleo.

Aguardamos ansiosos a concretização dos compromissos expressamente levantados pelo Presidente da República e a urgência na remessa do Projeto de Lei Complementar ao Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ronaldo Cunha Lima, o Sr. Lauro Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) - Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de vinte minutos.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, a **Folha de S. Paulo** de hoje publica extensa matéria em que ex-

põe o teor da carta do Ministro da Justiça ao Governador do Pará.

Para que conste dos Anais, vou ler parte dessa matéria, que diz:

"Jobim ensina como alterar terras indígenas.

Ministro da Justiça envia correspondência ao Governador do Pará indicando áreas que podem ser remarcadas.

O Ministro da Justiça, Nelson Jobim, enviou uma carta ao Governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), listando 14 áreas indígenas que estão sujeitas a contestações administrativas.

Isso, em função da revisão do Decreto nº 22.

O documento é de 11 de janeiro, dois dias após a publicação no **Diário Oficial** do Decreto nº 1.775/96, que alterou as regras para o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas.

A medida revogou o decreto. A partir daí, é possível a contestação judicial já no momento da demarcação das terras, passando pelo próprio processo administrativo, no qual o Ministro da Justiça tem a palavra final sobre a contestação.

O que causa estranheza é que na carta, enviada dois dias após a publicação do Decreto que revogou o Decreto nº 22, o Ministro faz uma listagem, uma a uma, das áreas do Estado do Pará passíveis de redemarcação. O atual Ministro da Justiça atuou como defensor do Governo do Estado do Pará, na gestão do Governador Jader Barbalho, contra os índios e a favor do Estado - entre outras coisas, porque as terras dos índios são, em suma, do domínio do Estado, porque são do domínio da União. O Ministro mesmo disse que "essas áreas poderão ser redemarcadas" num aceno concreto de seu interesse em orientar, em direcionar, no caso, ação contrária aos interesses dos índios que têm áreas já foram demarcadas desde 1977, como é o caso de Mundurucu.

É estranho que o Ministro da Justiça tenha escrito essa carta, repito, no sentido de fazer valer as suas teses que foram derrotadas no Supremo Tribunal Federal quando advogou em favor do Governo Jader Barbalho. Sempre ouvi o ditado popular de que geralmente as pessoas costumam acenar com o chapéu dos outros. O Ministro da Justiça criou uma nova forma, que é a de acenar com o

cocar dos outros; no caso, com o cocar dos índios. Assessorando indiretamente o Governador do Pará, S. Ex<sup>a</sup> manda-lhe uma carta dizendo mais ou menos o seguinte: "Olha, em épocas passadas perdemos aquelas terras, mas agora a demarcação delas poderá ser revista porque existe um decreto que assegura nova divisão."

Não quero prejudicar o Ministro. Não tenho cópia da carta que ele enviou; estou-me referindo apenas à matéria que li no jornal. Mas, com certeza, o jornal não iria inventar a existência dessa carta, de que de fala com riqueza de detalhes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, gostaria de registrar o meu protesto com relação a toda essa celeuma que se está criando em torno da demarcação de terras indígenas e dos problemas que advirão a partir da revisão do Decreto nº 22. A Funai não terá condição de processar toda a demanda, pois já tem um passivo bastante grande. Existe também celeuma em função de questões muito particulares, como é caso do conflito em Raposa Serra do Sol, que envolve o Estado de Roraima, e outros no Estado do Pará, em que o Ministro se envolveu anteriormente, advogando contrariamente aos interesses dos índios.

Na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o Deputado Fernando Gabeira fez uma indagação inteligente ao Ministro Nelson Jobim. Em sua exposição, o Ministro dissera que estava preocupado e que considerava importante a revisão do Decreto nº 22, para que as demarcações fossem amparadas pela legalidade, já que estavam sendo feitas de forma ilegal porque não admitia o princípio do contraditório, o que deixava o processo de demarcação das terras indígenas bastante fragilizado. O que ele queria, portanto, era ajudar. O Deputado Gabeira disse que por mais que a intenção de S. Ex<sup>a</sup> fosse a de ajudar, isso parecia não ocorrer, porque as entidades que defendem os índios não identificam no ato do Ministro os elementos que vão ajudar. No entanto, setores que sempre foram contrários à demarcação de terras indígenas e, portanto, são a favor da revisão, como latifundiários, madeireiros, mineradoras, estes, sim, estão aplaudindo o Decreto. Ou está havendo incompreensão por parte dos beneficiados e daqueles que supostamente seriam prejudicados - cada parte tem de ceder em alguma coisa -, ou então é preciso haver uma campanha de esclarecimento